

TJMG

I N F O R M A T I V O

Primeiro emprego ensina o valor do trabalho

Publicação da Secretaria do Tribunal
de Justiça do Estado de Minas Gerais

BH - SETEMBRO - 2012
ANO 18 - NÚMERO 175



Engraxate, zelador, *office boy*, servente de pedreiro, professora primária. Conheça o primeiro emprego de alguns magistrados do TJMG que começaram a vida profissional em atividades humildes. São trajetórias que deixaram lições para eles e que podem servir de inspiração para muitas pessoas.

Páginas 4 e 5

A importância do primeiro emprego

O início da vida profissional de qualquer cidadão traz implicações para toda a vida. Não raro, a relação do indivíduo com o trabalho será traçada ali, no primeiro contato com as responsabilidades e atribuições profissionais. Mais do que obter uma fonte de renda, o cidadão em sua primeira experiência de emprego poderá descobrir gostos, afinidades, competências e qualificações. Esse aprendizado é preponderante para as escolhas futuras e para a vivência no mercado.

A matéria de capa desta edição do *TJMG Informativo* revela como foi o início da vida profissional de alguns magistrados. Ao contrário do que muitas pessoas imaginam, nem todos os juízes e desembargadores descobriram a vocação para a magistratura em escritórios de direito da família ou por influência dos

parentes que já militavam nessa área. Para muitos, o caminho rumo à Justiça começou em áreas bem distantes do direito. E alguns começaram por ocupações tidas como simples ou humildes, mas que – como todo trabalho digno – trouxeram importantes contribuições para o desenvolvimento profissional e pessoal.

Da fala dos entrevistados da reportagem desta edição, ficam ensinamentos semelhantes e que se mostram necessários em qualquer área ou etapa profissional: a importância de valorizar o trabalho, de aproveitar as oportunidades e de não desistir.

Também nesta edição, confira a matéria sobre a implantação da Ouvidoria do TJMG, que vai atuar em prol da melhoria do serviço do Judiciário, identificando e corrigindo falhas e também

acolhendo sugestões e críticas. Na entrevista, o desembargador Almeida Melo fala de seus projetos à frente da 1ª Vice-Presidência do Tribunal. A página de turismo traz dicas sobre alguns municípios no entorno do lago de Furnas. Voo livre, pesca e a prática de esportes náuticos são algumas das opções para os visitantes da região, que abrange 34 cidades.

O jornal traz ainda informações sobre a convocação do juiz Alyrio Ramos, da 3ª Vara de Feitos da Fazenda Pública Municipal de Belo Horizonte, para atuar na 4ª Câmara Cível do TJMG e sobre a posse do desembargador Lúcio Urbano da Silva Martins como superintendente da Memória do Judiciário Mineiro (Mejud). No *Click* do Leitor, o assessor Diego Garcia Ferraz compartilha o registro da paisagem da Capadócia, na Turquia. Boa leitura!

Participe

Interessados em divulgar notícias nas próximas edições do *TJMG Informativo* devem encaminhar o material à Ascom pelo e-mail informativo.ascom@tjmg.jus.br

Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Presidente:

Desembargador Herculano Rodrigues

1º Vice-Presidente:

Desembargador Almeida Melo

2º Vice-Presidente:

Desembargador José Antonino Baía Borges

3º Vice-Presidente:

Desembargador Manuel Saramago

Corregedor-Geral:

Desembargador Audebert Delage

Expediente

Secretária Especial da Presidência:

Valéria Valle Vianna

Gerente de Imprensa:

Wilson Menezes

Coordenadora de Imprensa:

Letícia Lima

Editoras:

Francis Rose e Patrícia Melillo

Revisora:

Patrícia Limongi

Design Gráfico:

Narla Prudêncio

Fotolito e Impressão:

Globalprint

Editora Gráfica Ltda.

Ascom TJMG

Rua Goiás, 253 – Térreo – Centro,

Belo Horizonte/MG

CEP 30190-030

Tel.: (31) 3237-6551

Fax: (31) 3226-2715

E-mail: ascom@tjmg.jus.br

Ascom TJMG/Unidade Raja Gabaglia:

(31) 3299-4622

Ascom Fórum BH: (31) 3330-2123

Tiragem: 3 mil exemplares

Portal TJMG: www.tjmg.jus.br

Juiz é convocado para atuar no TJMG

O juiz Alyrio Ramos, da 3ª Vara de Feitos da Fazenda Pública Municipal da comarca de Belo Horizonte, está atuando na 4ª Câmara Cível do TJMG, em substituição, desde 16 de agosto. A convocação do magistrado foi aprovada pela Corte Superior e levou em conta que o juiz é o único remanescente em duas listas triplices para promoção pelo critério de merecimento. Na 4ª Câmara Cível, há um cargo vago de desembargador, e dois integrantes estão em licença para tratamento de saúde. A convocação do magistrado é válida até o retorno do desembargador titular. O termo de exercício foi assinado pelo magistrado e pelo presidente Herculano Rodrigues.



Marcelo Albert



Renata Caldera

■ A desembargadora Mariângela Meyer, em sua posse, no dia 13 de agosto, como ouvidora do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, e o presidente Herculano Rodrigues

Ouvidoria reforça valores democráticos no Judiciário

Leilane Stauffer

O cargo de ouvidor existe desde a época do Brasil colônia e, hoje, suas atribuições assemelham-se às do *ombudsman*, termo sueco que significa “representante do povo”. A ouvidoria, um espaço característico de órgãos públicos, é responsável pela mediação das relações entre a sociedade e o poder.

Ciente da importância desse canal para expandir o diálogo com os públicos interno e externo, o TJMG implanta por meio da Resolução 685/2012 a sua Ouvidoria, que terá caráter informativo, educativo e de orientação social. O novo serviço atende à iniciativa “Modernização e Alinhamento das Ações de Comunicação Institucional”, que integra o planejamento estratégico.

As ouvidorias dos tribunais, cuja instalação foi determinada pela Resolução 103/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), devem receber sugestões, críticas e dúvidas e divulgar, de maneira transparente, as atividades desempenhadas pelo Poder Judiciário.

“Na prática, os valores buscados pelo Tribunal se concretizarão à medida que a Ouvidoria conseguir proporcionar melhoria na qualidade do serviço prestado, identificando e corrigindo as falhas apontadas e acolhendo as sugestões e críticas construtivas oferecidas pelos usuários”, explica a desembargadora Mariângela Meyer, eleita ouvidora do TJMG pela Corte Superior, no último dia 25 de julho. Segundo a desembargadora, a expectativa é

aproximar ainda mais o Judiciário mineiro dos cidadãos. “É interesse do Tribunal saber a opinião de todos acerca dos serviços que estão sendo prestados, tanto através de seus serventuários como dos próprios magistrados que o compõem.”

Estrutura

Como meio de consolidar a comunicação do Judiciário com o público, o TJMG já contava, antes da Ouvidoria, com a Secretaria Especial da Presidência (Sespre) e com o canal *Fale Conosco*, através do qual foram atendidas mais de 38 mil demandas de janeiro de 2006 a julho de 2012. Agora, através de mais um instrumento, o cidadão poderá exigir resposta a suas insatisfações e dúvidas. Cabe à Ouvidoria também canalizar reclamações, críticas e sugestões recebidas.

Para que isso aconteça, a ouvidora do TJMG contará com o apoio de outras unidades do Tribunal, como a Sespre e a Assessoria de Comunicação Institucional (Ascom), por meio da Central de Comunicação para a Gestão Institucional (Cecom), setores que ficarão responsáveis pelo suporte técnico e

operacional. “A relação do ouvidor com a secretaria é direta e pressupõe esforço conjunto dos segmentos, a fim de aprimorar os serviços prestados, garantir transparência administrativa e assegurar ao cidadão o direito de ser ouvido e de obter resposta a seus questionamentos”, pontua a desembargadora.

Para a magistrada, o novo setor resgata importantes práticas responsáveis pela confiança no Judiciário. “A Ouvidoria do Tribunal de Minas surge como instrumento essencial à valorização da cidadania e ao aperfeiçoamento do processo de democratização da sociedade, que tem de continuar acreditando numa Justiça idônea e num mundo mais justo.”

Atendimento

A Ouvidoria funcionará nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h. As demandas poderão ser enviadas pelo formulário eletrônico disponível no *Portal TJMG*. O retorno será dado no prazo máximo de três dias, exceto quando o grau de complexidade da demanda exigir maior período de tempo. O setor começará a funcionar depois da implantação do sistema.

A Ouvidoria surge como instrumento essencial ao aperfeiçoamento do processo de democratização da sociedade



Magistrados falam sobre início da vida profissional

Daniele Hostalácio

Na porta do bar, ficava a cadeira de engraxate na qual o menino, então com 12 anos, estreava em seu primeiro emprego com salário mensal. Diante de cada cliente que se sentava ali, ele caprichava na escovação, a fim de deixar brilhantes os muitas vezes gastos pares de sapatos. Todos os dias, o garoto via o juiz e o promotor da comarca, elegantes e eloquentes, passando pela calçada a caminho do fórum de Patrocínio, que ficava a poucos metros dali. Passou a sonhar em, um dia, quem sabe, tornar-se um deles...

Cinco décadas depois, tudo isso são só reminiscências. O menino, Maurício Barros, tornou-se adulto e em agosto deste ano aposentou-se como desembargador do TJMG. Além de engraxate, foi também balconista, sapateiro, promotor, juiz, desembargador, mas o primeiro emprego é lembrado com um carinho especial. “Eu sentia muito orgulho de ajudar minha família, que era muito pobre. Fui o oitavo de nove filhos. Meu pai era jardineiro e semianalfabeto; minha mãe, dona de casa. A partir do meu primeiro emprego, meu pai nunca mais precisou me dar dinheiro: eu comprava meus livros, cadernos e uniforme. Ser engraxate me mostrou o valor do trabalho”, declara.

Inúmeros outros magistrados também começaram a vida profissional em profissões humildes, distantes do mundo do direito. Muitos deles se lembram do primeiro emprego não apenas com a nostalgia de uma época em que eram mais jovens mas também como um momento privilegiado de aprendizagem, que deixou ensinamentos para toda a vida e até para o exercício da magistratura. “Exerci todas as profissões seguintes com muita humildade. Como desembargador, sempre soube que importante era o meu cargo, e não eu, um cidadão comum”, acrescenta, não deixando de registrar que tem muito orgulho do caçula, Eron, o único dos irmãos que, além dele, conseguiu formar-se em direito. Hoje é advogado em Uberlândia.

Percebi que todo mundo tem de lutar por um lugar ao sol e que é preciso muito esforço para alcançar as coisas”

Esforço

O começo profissional do desembargador Sebastião Pereira de Souza também foi difícil. Ele tinha 15 anos quando os pais dele, uma dona de casa e um oleiro, pais de oito filhos, deixaram a cidade de Carlos Chagas e se mudaram para Pedra Azul. “Eles não tinham dinheiro para me manter morando sozinho em Carlos Chagas, onde eu queria ficar para estudar, pois tinha ganhado uma bolsa de estudos. Então, para me sustentar, comecei a trabalhar: tornei-



■ O primeiro emprego do desembargador Flávio Leite foi como ajudante do pai, que era pedreiro

Fotos: Marcelo Albert



■ O desembargador Eduardo Andrade comprava livros com o salário que recebia como office boy

-me zelador do clube da cidade”, lembra. “Lavava banheiros, encerava o salão do clube. Mas, mesmo ali, naquela atividade tão simples, eu me via um dia desempenhando uma ocupação diferente”, conta.

Na época, a ambição de todo jovem era ser funcionário do Banco do Brasil, e esse passou a ser também o desejo do então zelador. “Meu pai dizia aos amigos: esse meu filho não será oleiro como eu; será doutor!”, conta. “Meu primeiro emprego não me desmerece; ao contrário, é motivo de orgulho. Ele me mostrou que o trabalho realmente enobrece o homem, que por meio dele é possível progredir e alcançar o sucesso. Fui zelador e hoje ocupo o mais alto posto do Judiciário. É uma trajetória que me dá uma grande sensação de vitória”, declara.

Filho de uma família de classe média e bisneto, neto, filho e sobrinho de operadores do direito, o desembargador Eduardo Guimarães Andrade não precisava trabalhar na adolescência para ajudar a família. Ainda assim, aos 14 anos, ele tornou-se *office boy*, em Belo Horizonte. Trabalhava durante o dia e estudava à noite. “Meu pai quis que eu começasse a trabalhar cedo para dar valor ao dinheiro”, lembra. A experiência, segundo ele, foi fundamental para a sua formação. “Percebi que todo mundo tem de lutar por um lugar ao sol e que é preciso muito esforço para alcançar as coisas”, conta. Com o dinheiro que recebia, comprava livros, que se tornaram uma paixão. “Tenho 53 anos de carteira assinada. Sacrifiquei-me muito quando jovem, chegava da aula tarde da noite, sozinho; mas com isso aprendi a importância de se esforçar e de agarrar as oportunidades”, diz.

Responsabilidade

Quebrar pedras, coar areia, carregar tijolos e latas de cimento foram a rotina do desembargador Flávio Batista Leite quando se tornou servente de pedreiro, aos 14 anos. Natural de Coimbra/MG, onde viveu até os 18 anos, Flávio Leite literalmente suava a camisa para ajudar a família. Ainda antes disso, por volta dos 12 anos, começou a engraxar sapatos de fiéis na porta da igreja da cidade, aos sábados e domingos, mas, para ele, o trabalho como servente de pedreiro, exercido todos os dias da semana, nos dois turnos, foi, de fato, sua primeira atividade profissional.

“Meu pai era pedreiro e exerceu uma influência decisiva na minha vida. Para ajudar em casa, comecei a trabalhar com ele. Isso despertou em mim uma responsabilidade muito grande, com a vantagem de que eu estava ali, aprendendo com o meu pai. Eu acordava cedo, trabalhava, ia almoçar, voltava para o trabalho, depois ia para a escola. Trabalhar desde o início da adolescência foi uma experiência muito rica, principalmente porque com o meu primeiro emprego pude ajudar no sustento da casa”, ressalta o magistrado.

Um terço do salário que a então professora primária Maria Elza de Campos Zettel recebia também tinha um destino certo: era entregue à mãe para ajudar nas despesas da casa – os pais dela tiveram 13 filhos. Entre gizetes, quadros negros e provas escolares para corrigir, Maria Elza começou a vivenciar a rotina da sala de aula em 1962, quando conquistou seu primeiro

emprego, o de professora primária do Estado, aos 21 anos. “Eu dava aulas para o primeiro ano. A escola ficava no bairro Aarão Reis, que, cinco décadas atrás, era uma região muito pobre, por isso o nível de repetência era alto: havia crianças de 7 a 10 anos na minha primeira turma”, recorda-se.

Daquela experiência tão distante no tempo, a magistrada aposentada diz guardar boas

lembranças: “Foi um início muito gratificante: aprendi a conviver com as colegas de trabalho e com as mães dos alunos, a respeitar os superiores no trabalho, pois havia uma hierarquia muito rígida. Encarei o desafio com muita responsabilidade e fui amadurecendo”, afirma. Depois, tornou-se funcionária da Secretaria de Educação, defensora pública, juíza e, por fim, desembargadora. “Percorri um longo caminho”, diz. Mas, em relação ao primeiro emprego, é categórica: “Tudo foi aprendizado”.



■ O primeiro emprego, como engraxate, é lembrado com carinho pelo desembargador Maurício Barros



■ Aos 15 anos, o desembargador Sebastião Pereira de Souza trabalhou como zelador em um clube



■ Um terço do salário que Maria Elza de Campos Zettel recebia como professora era entregue à mãe

Como desembargador, sempre soube que importante era o meu cargo, e não eu, um cidadão comum”

Informatização e redução de

recursos como metas de gestão

Wilson Menezes

Autor de obras que abordam o direito constitucional no Brasil, o desembargador José Tarcízio de Almeida Melo é magistrado há 20 anos. Atualmente exerce o cargo de 1º vice-presidente do Tribunal de Justiça. O magistrado já foi presidente e corregedor do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. Em 1986 defendeu a tese “A restauração e o controle político do Poder Legislativo” e doutorou-se em direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É professor titular de direito constitucional na Faculdade de Direito da PUC Minas, na qual exerce o magistério desde 1975. Casado com Janine Fanucchi, criminalista, pintora, pianista e romancista, o desembargador Almeida Melo tem dois filhos: João Paulo e Janine Fernanda, que são advogados militantes. João Paulo já é mestre em direito tributário e professor da PUC Minas. Janine Fernanda é pós-graduada em direito penal. Ao *TJMG Informativo*, o desembargador Almeida Melo fala de seus projetos para a 1ª Vice-Presidência do TJMG.

TJMG Informativo - Que avaliação o senhor faz da atual estrutura da 1ª Vice-Presidência, que é responsável pela Superintendência Judiciária do TJMG?

Almeida Melo - Pontos positivos são o Regimento Interno, que entrará em vigor no dia 25 de setembro, bem como a racionalização dos plantões, que coibiu a remessa indiscriminada de processos aos plantonistas. A estrutura dos cartórios está defasada e depende de reforma de base. Cartórios não têm recebido reposição de pessoal – seu efetivo é inferior ao de 2002 –, e a quantidade de processos aumenta absurdamente. Os desembargadores estão extenuados, esgotados. Faltam-lhes funcionalidades, automatização para tarefas repetitivas. São acrescentados relatórios e formatações como encargos dos gabinetes sem a contrapartida necessária. A Informática desenvolve muitos projetos que se encontram numa fila indiana de prioridades, uns interrompendo outros de acordo com a crise que aparece. É preciso criar a mentalidade de transformar bons projetos em empreendimentos imediatos, paralelos e simultâneos. Precisamos sair da condição de apagadores de incêndio e entrar na rotina da média empresa, que planeja, sim, mas constrói e evolui sempre.



Renata Caldeira

Para o desembargador Almeida Melo, o processo judicial eletrônico irá reduzir o tempo das atividades dos magistrados e dos servidores

Quais são as metas de sua gestão?

Implantar já o processo judicial eletrônico (PJE) na segunda instância. O CNJ concebeu e produziu o *software* do PJE, tendo-o disponibilizado sem custo. O presidente Herculano Rodrigues prontamente compreendeu a prioridade e disponibilizou-nos meios, dando-nos condições para começar. O PJE reduzirá o tempo de atividades acessórias, automatizará passos que até agora dependem da intervenção humana, permitirá a execução simultânea de várias ações e que a força de trabalho aumente a produtividade, potencializando a redução do tempo para se chegar à solução do conflito, à decisão, que é o produto final do nosso trabalho. Valorizar o tempo dos desembargadores e dos funcionários.

Além da informatização, há outros desafios?

Reduzir a distribuição. Poderemos desonerar os desembargadores da grande massa de recursos

repetitivos, criando para o Tribunal de Justiça o filtro que o STF e o STJ têm usado, com sucesso, antes da distribuição dos processos. Só chegariam aos relatores recursos para os quais não houvesse jurisprudência pacificada. Para se vencer esse desafio, será preciso ter compreensão e superar preconceitos.

A carga de trabalho tem se mantido excessiva?

Chega a ser desumana para quem quer trabalhar direito. Grande parte dessa carga poderia ser reduzida sem necessidade de aumentar cargos.

O que gosta de fazer nas poucas horas vagas?

Horas vagas não existem. Nem nos fins de semana ou feriados para juizes e desembargadores. O tempo disponível só aparece quando ficamos exaustos. Seria bom que pudéssemos contribuir para ter, sem forçar, horas de lazer.



A exuberância das águas no mar dos mineiros

Os passeios de barco, a pesca e a prática de esportes náuticos estão entre as atrações turísticas para os visitantes dos 34 municípios que ficam nas imediações da represa de Furnas

Ione Bernadete e Francis Rose

Quem disse que Minas não tem mar? O lago de Furnas, represa concebida e iniciada em 1958, pelo então presidente da República, Juscelino Kubitschek, ganhou o status de mar mineiro, com suas praias artificiais e a oferta variada de esportes náuticos e de aventura, além da prática da pesca. O lago artificial tem 1,5 mil quilômetros quadrados de superfície, abrange 34 municípios mineiros e oferece opções turísticas para gostos e bolsos variados, portanto, antes de escolher o destino, é bom que o turista procure conhecer os atrativos de cada cidade.

Capitólio, a 270 km de Belo Horizonte, no sudoeste de Minas, é um dos destinos mais procurados. O município abriga uma praia artificial e o tradicional balneário Escarpas do Lago, a maior marina fluvial da América Latina. Além das casas de alto padrão, o condomínio abriga um hotel e tem como atrações os passeios de *jet ski* e de barco. O município recebe ainda os amantes da pesca e quem adora cachoeiras. Com acesso apenas de barco ou lancha, é possível chegar aos cânions. No passeio, se avistam cenários exuberantes e cachoeiras, no entanto muitas atrações estão aces-

síveis apenas para usuários do condomínio, que não é aberto ao público.

Guapé, a 293 km da capital, é conhecida por suas diversas cachoeiras, como a do Paredão. No local, também é comum a prática de esportes náuticos, da pesca e do voo livre. Para quem deseja apenas descansar, os passeios de barco são uma opção tranquila. Algumas trilhas e quedas d'água estão em terrenos particulares e, portanto, há a cobrança de taxas para o acesso ou para passar o dia. Além dos belos cenários, o município é conhecido por sua culinária e pelo artesanato.

Cavalgadas

O voo livre é uma das atrações na cidade de Carmo do Rio Claro, conhecida ainda pelo artesanato em tear manual, pelos doces em compota, pelos licorres, queijos, cachaças e trabalhos em cerâmica. Cachoeiras e cânions, pesca

esportiva e esportes náuticos completam a lista de atrações do município. A serra da Tormenta, a 1.287 m de altitude, oferece uma vista impressionante da região. Em São João Batista do Glória, cavalgadas, caminhadas e passeios de *mountain bike* são algumas das opções para os turistas, que também podem visitar cachoeiras, piscinas naturais e a produção de leite, cerâmica e cachaça da região.

A culinária nos municípios no entorno de Furnas privilegia os pratos à base de tilápia – há diversos criadouros na região –, a famosa traíra sem espinho e os doces em compota. Já o artesanato varia conforme o município, com trabalhos em madeira, alumínio, tear, lã e algodão.

Difícil seria listar as belezas e os atrativos de todos os 34 municípios às margens da represa. Por sua riqueza e diversidade, a região merece ser explorada com tempo. “O ideal é que a pessoa se hospede em uma cidade e pas-

seie por vários municípios a cada visita”, sugere Fausto Costa, secretário executivo da Associação dos Municípios do Lago de Furnas, entidade voltada para a preservação do meio ambiente e o saneamento básico dos municípios vizinhos a Furnas.

Algumas informações sobre as cidades às margens da represa, como atrações, festas populares e mapas, podem ser obtidas no endereço eletrônico: www.lagodefurnas.tur.br.

Saiba mais

O lago de Furnas é uma represa criada na época da construção da usina hidrelétrica de Furnas, no fim da década de 50. Seu volume é sete vezes maior do que o da baía de Guanabara, com seus 23 bilhões de metros cúbicos de água. Para a construção da barragem, terras foram desapropriadas e cidades foram alagadas. Cidades originalmente voltadas para a agropecuária passaram a se dedicar também ao turismo. Além das belezas da paisagem, a região é rica em história e tradição e preserva manifestações culturais, como as festas populares e religiosas, o folclore, o artesanato e a culinária típica.

Antes de escolher o destino, é bom que o turista procure conhecer os atrativos de cada cidade

Mejud tem novo superintendente

O ex-presidente do TJMG desembargador Lúcio Urbano da Silva Martins tomou posse, em 9 de agosto, como superintendente da Memória do Judiciário Mineiro (Mejud). A sessão, realizada no gabinete da Presidência, foi conduzida pelo presidente Herculano Rodrigues. Entre várias ações, o novo superintendente adiantou que pretende, com o apoio da equipe da Mejud, preparar uma publicação com a história das comarcas mineiras. Lúcio Urbano foi desembargador do TJ de 1983 a 2003, quando se aposentou. A cerimônia de posse foi acompanhada por vários desembargadores.



Marcelo Albert

CLICK DO LEITOR



Diego Garcia Ferraz

Cinco e meia da madrugada. O céu ainda escuro e o vento do início da primavera excitam os que estão naquela planície aberta. Em silêncio, alguns turcos começam a inflar dezenas de globos coloridos com chamas poderosas. Meia hora mais tarde, nos falta o chão. A quase 2 mil metros de altura, o silêncio só é quebrado pelo vento suave que nos faz quase tocar os picos que surgem no percurso. A região da Capadócia, na Turquia, vista do balão, é ainda mais estranha. Uma sucessão de formações surreais que se erguem abruptamente a 40, 50 metros de altura, planícies emolduradas por rochas avermelhadas, vales ondulados que se estendem até onde a vista alcança. Um cenário digno da superfície de um planeta inóspito. Agora, ao amanhecer do dia, o céu fica todo pontilhado de gigantesco balões.

*Diego Garcia Ferraz -
assessor do desembargador
Geraldo Augusto de Almeida*

Para publicar a sua foto no *Click do Leitor*, envie a imagem e o texto para o e-mail informativo.ascom@tjmg.jus.br.